

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO N.º , DE 2021. (Dos Deputados Frei Anastácio, Marcon e Patrus Ananias)

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a portaria 147/2021 que cria um grupo de trabalho para alterar o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH.

Senhor Presidente

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir sobre a portaria 147/2021 editada pelo Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
- Dra. Deborah Duprat – advogada
- Yuri Costa – Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos
- Representante do Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos
- Monica Alckmin - Movimento Nacional de Direitos Humanos
- Vilma Reis – Socióloga e Movimento de Mulheres Negras

JUSTIFICAÇÃO

O PNDH envolve temas fundamentais como o combate às desigualdades, o controle de armas, o estímulo ao desarmamento, a defesa dos direitos das minorias. O programa elaborado e lançado em 2009 para efetivar políticas públicas alinhadas com o sistema internacional de Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte.

Este documento é o caminho fundamental para a luta dos direitos humanos, pois aborda diferentes eixos e, principalmente, por ter sido construído com intensa participação popular, com a realização de conferências nacionais e regionais em todo o Brasil.

Segundo matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, a Ministra Damarens Alves afirmou que o texto atual tem metas inatingíveis e pouco focadas em “ações efetivas e de impacto social”. No entanto, necessitamos saber quais são as metas inatingíveis das quais foram citadas e o porquê da revisão sem nenhum debate público e nem planejamento de seminários e

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

audiências para discutir um Plano que trata os Direitos Humanos em nosso país.

Esta audiência é fundamental para discutir o objetivo desta portaria uma vez que ela exclui a sociedade civil da reformulação do PNDH, além de exclui também o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) do Grupo de Trabalho, ignorando o Art. 2 da Lei 12.986/2014.

Nossa constituição assegura a participação social e o pluralismo político no Estado Brasileiro, bem como a prevalência dos direitos humanos. Os direitos humanos no Brasil se constituem com tratados internacionais e o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 23 de março de 2021.

Deputado Frei Anastácio
PT/PB

Deputado Patrus Ananias
PT/MG

Deputado Marcon
PT/RS



Requerimento **(Do Sr. Frei Anastacio Ribeiro)**

Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a portaria 147/2021 que cria um grupo de trabalho para alterar o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH.

Assinaram eletronicamente o documento CD210716229800, nesta ordem:

- 1 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 2 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 3 Dep. Marcon (PT/RS)